

# ANEXO I

# QUILOMBO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES



# FORMAÇÃO EM AÇÃO

2º SEMESTRE - 2017



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE  
COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES DA DIVERSIDADE  
ÉTNICO-RACIAL E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

## ANEXO 1

### QUILOMBO: TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES

Edimara Gonçalves Soares<sup>1</sup>

#### Olhares Teóricos

As Comunidades Remanescentes de Quilombos são espaços vivos da história e cultura da população negra brasileira, se mantêm como territórios de resistência por meio dos vínculos singulares com a terra, pela preservação da memória, pelas formas de produção do trabalho, pela perpetuação do conhecimento no uso e manejo das ervas medicinais, raízes e cascas.

A terra para os quilombolas é mais que um pedaço de chão, é mais do que a possibilidade de fixação, é, sobretudo, condição para existência grupal e continuidade de seus valores simbólicos e materiais.

Na perspectiva de garantir direitos e superar desigualdades historicamente acumuladas, utiliza-se a categoria de **território**, pois, a concretude da cidadania quilombola e das Comunidades Tradicionais Negras é impossível sem a dimensão territorial. Assim, terra e território se articulam.

O território quilombola permeado pelas lutas, resistências e resiliências, é a base para manutenção do trabalho e da sustentabilidade quilombola e das Comunidades Tradicionais Negras.

As territorialidades quilombolas são frutos das dinâmicas históricas, culturais e sociais, que compõem o universo simbólico e material, os ritos de trabalho, os ritos ancestrais, os ritos cotidianos e de sobrevivência, os códigos, os hábitos alimentares, os costumes. Em síntese, a territorialidade está diretamente vinculada ao modo como as/os quilombolas fazem o uso e manejo do território.

Nesse sentido, para subsidiar o desenvolvimento da ação pedagógica destacamos alguns conceitos e reflexões teóricas fundamentais para uma práxis pedagógica, como no entender de Freire (1987), práxis é uma teoria do fazer. Para tanto, trazemos o uso das fotografias como recursos didáticos, que nos possibilita entrelaçar os conteúdos curriculares com a história, cultura, organização territorial e o cotidiano das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

Para essa discussão partimos da premissa de que o uso de fotografias possibilita movimentar o olhar a partir da realidade e do modo de vida das Comunidades

---

<sup>1</sup> Professora, Mestre e Doutora em Educação.

Técnica Pedagógica da Coordenação de Educação das Relações Étnico – Raciais e Quilombola  
Departamento da Diversidade/SUED

Remanescentes de Quilombos, pois, as imagens representam histórias indizíveis, na qual o passado se faz vivo, o presente é vivido e acena projeções para o futuro.

A fotografia é uma fonte histórica não verbal, com mensagens imagéticas contendo múltiplos significados. Para Silva (2003) a fotografia não é meramente ilustrativa, posto que revele conteúdos e nos coloca 'dentro' do texto. As fotografias selecionadas para esse debate constituem-se em representações de pequenas frações do território quilombola, que nos fornece informações fidedignas sobre objetos históricos, pessoas e paisagens em realidades diversas.

Assim, é necessário considerar a fotografia não como um recurso para ilustração da escrita, como no entender de Kossoy (1989),

As fotos não são meras ilustrações ao texto. As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida em que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência da realidade que os originou (KOSSOY, 1989, p. 20).

Dessa forma, o uso da fotografia na sala de aula deve instigar a curiosidade dos estudantes e facilitar as relações entre o conteúdo curricular e os fenômenos ali registrados. Portanto, a fotografia não é um assessorio à linguagem verbal/escrita, mas, uma fonte visual que expressa cenas históricas e cenas da dinâmica do cotidiano vivido em determinados espaços sócio históricos.

A prática pedagógica da leitura, interpretação e análise de imagens fotográficas incorporadas ao ensino, promovem o acesso visual a conhecimentos e informações, valores e culturas distantes das nossas ou mesmo próximas. Segundo Berger (1999), a percepção de qualquer imagem é afetada pelo que sabemos ou pelo que acreditamos. Com isso, pode-se entender que toda imagem incorpora uma forma de ver o mundo.

As imagens fotográficas das Comunidades Remanescentes de Quilombos evidenciam singularidades culturais próprias, sendo, em determinadas situações alvo do preconceito, do estereotipo e discriminação racial. Dessa forma, Manini (2002) destaca que com imagem fotográfica as concepções preconceituosas tendem a serem externalizadas, pois, as imagens fazem emergir múltiplas interpretações da nossa tela mental, que são conectadas com a imagem real. Esse processo mental dá vazão a várias imagens existentes somente no nosso imaginário.

Nesse sentido, o uso de imagens fotográficas no ensino requer conhecimentos prévios sobre os conteúdos que podem ser trabalhados, bem como, informações que permitem produzir conhecimentos acerca do que está sendo observado. Sobre isso, Leite (1983), infere que é necessário,

[...] passar por trás dos cenários para compreender as imagens visuais, é necessário um conhecimento prévio e direto da realidade que a imagem representa, simboliza ou indica para não se ficar desorientado com seus elementos constitutivos. A leitura

da mensagem visual depende simultaneamente de uma concepção global e de uma análise de pormenores (p.158).

Sobre a análise da imagem fotográfica, Manini (2002), destaca que deve aparecer informações contidas na fotografia, e que os dados podem ser ratificados através de outras fontes de informações, como artigos, livros, enfim, documentos escritos ou icnográficos, entretanto, a primeira informação deve partir da imagem que se analisa.

O uso das imagens fotográficas das Comunidades Remanescentes de Quilombos no processo de ensino – aprendizagem, promove a apropriação e produção do conhecimento pelos estudantes. Ainda, as imagens são ponto para lançar o desafio para verbalização e textualização desses contextos, ou seja, produção de conhecimento. Para Cumming (1996), olhar uma fotografia é como partir para uma viagem com muitas possibilidades pedagógicas, incluindo o entusiasmo de compartilhar a visão de outra época ou lugar.

Assim, quanto melhor a preparação para viagem mais gratificante será a expedição com o uso de fotografia, no ensino quanto mais informações prévias sobre o tema mais enriquecedora e agregadora será a prática pedagógica.

Dessa forma, a presente oficina justifica-se mediante a necessidade de instrumentalizar os docentes com informações necessárias para orientar o olhar dos estudantes na percepção de fatos, arranjos e significados que poderiam passar despercebidos. Compartilha-se com Turazzi (2005, p. 3) que “aprender a observar e a interpretar uma imagem fotográfica é, também, aprender a ler nas entrelinhas”.

Na concepção de Cavedon, (2005) uma mesma fotografia pode ser interpretada de diferentes maneiras pela mesma pessoa. Já Bourdieu (2006) enfatiza que a fotografia produzida nas práticas cotidianas pode ser tomada como elemento de análise das relações e fenômenos sociais (assim como a observação de seus usos sociais), sobretudo para a compreensão das estruturas sociais dos grupos envolvidos.

Nesse sentido, as fotografias das CRQs mostram as histórias de vida das famílias e as transformações e preservações culturais presentes em cada comunidade, intimamente ligado a concepção de território e territorialidade.

## **Território e Territorialidades: Perspectivas Quilombolas**

No Brasil há diversos estudos e debates sobre o conceito de território. Destaca-se aqui alguns autores que contribuíram com importantes reflexões em torno desse conceito. Uma importante interpretação nesse aspecto são os estudos desenvolvidos por Haesbaert. Para ele, o território,

[...] desde sua origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, terrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que,

com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2007a, p. 20).

Segundo o autor, o território não está desvinculado de sua origem epistemológica – **a posse de terra** – mas passa a ser concebido e dotado de uma “**carga cultural**”, isto é, diz respeito tanto ao poder num sentido mais concreto, de dominação, quanto num sentido mais simbólico, de apropriação. Assim, a apropriação do espaço pelos quilombolas passa a não ser mais sem o seu território, que é base de sua história, cultura e sustentação.

Na perspectiva **simbólico-cultural** o território é “o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. Assim, o território compreendido pelo valor de uso, pelo vivido, pela subjetividade, refletindo a chamada “identificação positiva” com o espaço, adquire a mesma força de realidade com as relações de poder abstratas. (HAESBAERT, 2004, p. 40).

O autor supracitado chama atenção para necessidade de se considerar também o aspecto “funcional” do território como parte integrante da realidade cotidiana. Sobre essa definição de território Marcos Aurélio Saquet (2007) apresenta importantes reflexões. Para ele,

[...] no território, há temporalidades e territorialidades, des-continuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. O território, [...] é espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material (SAQUET, 2007, p. 73).

Conforme Claude Raffestin (1993), território é uma produção a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por ator sintagmático.

[...] espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, 143).

Nesse sentido, as CRQs são espaços construídos de acordo com os objetivos e interesses dos quilombolas, pois ao se apropriar de um espaço concreta ou abstrato, o territorializam.

Para Haesbaert & Limonad, (2007) o território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico). Saquet (2009, p. 81) acrescenta que o território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens, logo, é fruto da dinâmica sócio espacial.

Segundo Saquet (2006) o território também significa apropriação do ambiente, entretanto essa apropriação não expressa simplesmente apropriar-se da terra em termos materiais, pois,

[...] a terra é tomada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação. O território é um produto sócio espacial, de relações sociais que são econômicas, políticas e culturais e de ligações, de redes **internas** e **externas** que envolvem a natureza. Por esta via o espaço físico entra nas relações e nas estruturas sociais (SAQUET, 2006, p. 76).

Compartilhamos do entendimento de Milton Santos (1999) que,

O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida** (SANTOS, 1999, p. 08) [grifos nossos].

Essas são algumas definições de território que poderão ajudar na interpretação das imagens fotográficas das Comunidades Remanescentes de Quilombos - CRQs. A seguir traremos definições sobre territorialidade.

Para Raffestin (1993, p.160) a territorialidade deve ser entendida como multidimensional e inerente à vida em sociedade. Conforme o autor a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral.

Nesse sentido, as imagens das comunidades quilombolas evidenciam múltiplas territorialidades, que estão vinculadas a memória, as tradições, artefatos históricos, a religiosidade, as relações com a terra, enfim, os múltiplos símbolos que evidenciam resistências e protagonismos históricos e diários.

Para Robert Sack (1986) a *territorialidade* é fruto das relações econômicas, políticas e culturais, por isso, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural. Para ele, territorialidade é uma expressão geográfica do exercício do poder em uma determinada área e esta área é o território.

Saquet (2007) define *territorialidade* como as relações diárias momentâneas, entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, necessários para a sobrevivência, é o acontecer de todas as atividades no cotidiano produzindo o território.

## Quilombo Ressignificado

No que tange a definição de Quilombo, podemos dizer que é recente uma perspectiva diferente daquela registrada pelas lentes do colonialismo, isto é, da opressão e da dominação. A partir de 1889, o termo “quilombo” desaparece da legislação

brasileira, e reaparece um século depois, em 1988 no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, que diz: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

No período colonial, a primeira definição de Quilombo foi produzida pela Coroa Portuguesa, como resposta do rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, e considerou Quilombo “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Essa era a definição legal que atravessou todo Brasil Colônia, Brasil Império e foi ressignificada em 1994 pela Associação Brasileira de Antropologia.

Tal ressignificação foi necessária para cumprimento do artigo 68 da ADCT/CF, mas, também porque era necessário romper com definição arqueológica, e histórica produzida pelos colonizadores, que definiam quilombos como um grupo desordeiro, que ameaçava a estabilidade da organização social vigente baseada na submissão, exploração humana e trabalho compulsório. Também era preciso produzir uma definição de Quilombo que considerasse as distintas maneiras de organização e formação das comunidades quilombolas, principalmente as diversas formas de acesso a terra (doações, heranças, ocupações de terras devolutas, etc).

Nesse sentido, compartilhamos com Arruti (1998, p.16) que o Quilombo não acaba com a Abolição da escravidão, pois,

Eles parecem ter continuado existindo de formas mutantes, permanentemente adaptados aos novos contextos legais e regionais, sustentados em laços comunitários ou compromissos precários com aqueles que eram os próprios expropriadores. [...] um número crescente de comunidades negras rurais começa a recuperar uma memória até então recalcada, revelando laços históricos com grupos de escravos.

Nesse sentido, qualquer retorno ao passado deverá considerar e/ou corresponder as formas atuais de existências e vivências das comunidades quilombolas. A leitura das imagens das CRQs instiga esse olhar para o passado, porém não dissociado das relações cotidianas, das práticas sociais e das relações com a natureza. Para tanto, utilizamos a definição contemporânea de Quilombo, como dito anteriormente, produzida em 1994 pela Associação Brasileira de Antropologia, assim,

Quilombo tem novos significados na literatura especializada, [...]. Ainda que tenha conteúdo histórico, **vem sendo ressemantizado para designar a situação presente** dos segmentos negros [quilombolas] em regiões e contextos do Brasil. Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo, **consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na**

**reprodução de modos de vida característicos e na consolidação de território próprio.** A identidade desses grupos não se define por tamanho nem número de membros, mas por **experiência vivida e versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo.** Constituem grupos étnicos conceituados pela antropologia como tipo organizacional que confere pertencimento por normas e meios da afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995, p. 01). [grifos nossos]

Assim, compreendemos as CRQs como sinônimos de protagonismos, resistências negras, preservação de saberes e conhecimentos, ressignificação de memórias e práticas. Configuram-se como territórios onde são mantidos e recriados muitos elementos de origem africana.

Nesse sentido, conhecer a história e cultura das CRQs é fonte de conhecimentos para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. É também imprescindível para implementação da Educação Escolar Quilombola. Isso possibilitará a articulação dos conteúdos curriculares a partir da definição ressignificada de “Quilombo”, pautando-se na memória coletiva, nos marcos civilizatórios, nas práticas culturais, nas tecnologias e formas de produção do trabalho, nos festejos, enfim, na territorialidade que conformam o patrimônio cultural.

As imagens das comunidades quilombolas nos provocam para uma análise reflexiva e um debate propositivo, que se distancie do senso comum, da romantização, do preconceito em relação ao seu modo de vida.

Assim, é necessário um olhar capaz de captar a inventividade do cotidiano das comunidades quilombolas, e isso significa perceber as artes diárias, como falar, cuidar, cozinhar, trabalhar, enfeitar, dançar, enfim, o universo simbólico, subjetivo que dialoga com a concretude das vivências e das resistências.

Como dito inicialmente o texto pretende fornecer subsídios para observação, análise e interpretação das imagens fotográficas das CRQs, portanto, a seguir iremos disponibilizar alguns excertos teóricos sobre saberes tecnológicos negros, Etnodesenvolvimento, Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola.

Os milhões de negros/as trazidos/as para o Brasil Colônia na condição de escravizados, não foram escolhidos aleatoriamente em África. De acordo com a Coordenadora da Educação das Relações Étnico Raciais e Quilombola, professora Edna Coqueiro, “em África é um termo com significado político/afirmativo produzido pelas entidades dos Movimentos Sociais Negros e utilizado para desnaturalizar a ideia de África como um país, portanto, “em África” remete a compreensão de um continente com diversidade linguística, religiosa, étnica, em suma, diversidade cultural e natural”. (COQUEIRO, 2017, não publicado).

Assim, vieram para cá aqueles/as negros/as de diversos países africanos, com amplo domínio e conhecimentos tecnológicos, com técnicas de manuseio do solo, técnicas de irrigação, técnicas de construção, conhecimentos de ervas-medicinais, entre outros.

## TECNOLOGIAS E SABERES QUILOMBOLAS

Conforme Henrique Cunha Junior na obra “**Tecnologia Africana na Formação do Brasil**,

a compreensão do fio da história africana é necessária para entendimento do desenvolvimento de conhecimentos técnicos, profissionais e científicos nas diversas regiões africanas, que constituíram um capital cultural significativo e fundamental para a colonização do Brasil, sob o domínio português na forma do escravismo criminoso da mão de obra africana. O acervo de conhecimentos que possibilitou a empresa de produção colonial portuguesa no Brasil é majoritariamente africano. Embora muitas culturas coloniais sejam pensadas de forma errada como portuguesas, a exemplo da cultura do couro e do gado, isto se deu devido ao desconhecimento pelos historiadores e intelectuais brasileiros do passado e do desenvolvimento civilizatório africano. A colonização do Brasil tem como peculiaridade que os portugueses desenvolveram agriculturas tropicais e realizaram a exploração de recursos naturais que não eram do conhecimento europeu. O conhecimento africano viabilizou a colonização europeia nos trópicos. O Brasil, diferente de outros países, como os estados Unidos ou o Peru, teve como única forma de trabalho o escravismo criminoso, e realizado quase apenas com mão de obra africana. Assim, os africanos ocuparam muitos dos campos da produção, como fonte de conhecimento da base técnica e tecnológica. As imigrações forçadas de africanos para o trabalho compulsório, no escravismo criminoso, foram realizadas durante um período de mais de 300 anos, tendo variado de regiões, segundo as épocas, e também variados os ciclos de produção no Brasil. Estas variações fizeram com que o Brasil tenha recebido uma imensa diversidade de conhecimentos contidos na mão de obra africana de diferentes condições geográficas. Todos os ciclos de produção do Brasil eram de domínio de conhecimento de diversas regiões africanas. Na história do Brasil o acervo tecnológico transmitido pelas populações negras ao país não aparece. Nem mesmo as profissões exercidas pelos africanos e afrodescendentes na condição de escravizados ou de livres também não aparecem. A flora e a fauna brasileira apresentam um número enorme de espécimes vindos do continente africano, estes vieram pela sua utilidade e por fazerem parte do acervo civilizatório africano no qual se estruturou a sociedade brasileira. O Brasil, Colônia e Império, em seus aspectos tecnológicos, começa no continente africano e nos conhecimentos trazidos pela mão de obra africana. Assim é muito importante termos conhecimento mínimo das tecnologias africanas desenvolvidas na história do Brasil. Os conhecimentos técnicos e tecnológicos tiveram sempre difusão por todo o continente africano devido às rotas de comércio entre os diversos países africanos e entre as diversas regiões do mundo antigo. As agriculturas tropicais tiveram grande desenvolvimento na África antes do século XVI. Culturas como cana-de-açúcar, banana, café, algodão, arroz e amendoim eram bastante desenvolvidas em regiões africanas”. (CUNHA JUNIOR, Tecnologia Africana na Formação Brasileira, 2010, p. 10-26).

## Quilombos e Etnodesenvolvimento

Conforme o Parecer para Educação Escolar Quilombola,

As populações negras e quilombolas, por meio de modos próprios de manusear a terra, têm, ancestralmente, revelado modelos que, no âmbito do vivido, tornam o território um lugar de paradoxos em que a inventividade humana ora desafia a escassez decorrente da falta de direitos humanos, ora aponta para um sentimento gregário, de comunidade, que produz uma economia assentada na reciprocidade. Uma economia de reciprocidade se efetiva na medida em que se trocam “bens sem a intermediação de dinheiro, com uma intensidade e frequência que não são comuns em outras estruturas sociais exteriores à unidade familiar de moradia” e que, em decorrência disso, torna a solidariedade uma dívida moral que “não envolve apenas o interesse pelo outro, mas também o interesse em se autoafirmar, em demonstrar que é possível dar-se ao luxo da generosidade.” (ANJOS; LEITÃO, 2009, p. 18). Essa economia baseada em ações de reciprocidade aponta para visões de mundo em que o ato de trabalhar não é separado do pensar e, muito menos, desagregador de um grupo que dialoga, permanentemente, com suas necessidades diárias, levando-o a não desprezar, de igual modo, soluções que muitas vezes lhe são exteriores. Tais medidas têm como princípio a garantia de uma sustentabilidade que não viola as identidades locais, dentre elas, étnico racial, que cimeta relações que rejeitam a excessiva produção de mercadorias, de consumo, de devastação socioambiental. E também aquelas [...] que reafirmam concepções de desenvolvimento contrárias a desenraizamentos de qualquer natureza. Muitos desses princípios são encontrados no etnodesenvolvimento, que pode ser visto como “um dos modelos possíveis de desenvolvimento alternativo, em tudo e por tudo oposto à ideologia desenvolvimentista, normalmente portadora de posturas contaminadas de autoritarismo.” (OLIVEIRA, R., p. 217, 2000). Tal modelo, cujo surgimento decorre das experiências das populações indígenas hispano-americanas e que pode ser utilizado por qualquer outro grupamento étnico-racial, respeitadas as suas especificidades, pressupõe: “(1) que as estratégias de desenvolvimento sejam destinadas prioritariamente ao atendimento das necessidades básicas da população e para a melhoria de seu padrão de vida; (2) que a visão seja orientada para as necessidades do país; (3) que se procure aproveitar as tradições locais; (4) que se respeite o ponto de vista ecológico; (5) que seja autossustentável, respeitando, sempre que possível, os recursos locais, sejam naturais, seja técnicos ou humanos; (6) que seja um desenvolvimento participante, jamais tecnocrático, abrindo-se à participação das populações em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação.” (STAVENHAGEM *apud* OLIVEIRA, R., 2000, p. 48). A dinamicidade das populações negras e quilombolas revela a herança africana que, em todos os ciclos da economia colonial, se valia de seu capital cultural não apenas para favorecer o modelo escravocrata vigente, como também para potencializar as inúmeras resistências negras que dialogavam com esse capital de forma oposta à

escravidão, ou seja, mais libertária. As chamadas tecnologias sociais, como mais um desdobramento de práticas solidárias que almejam a sustentabilidade, correspondem a práticas de inclusão cuja melhoria na condição de vida decorre da intersecção de “diferentes maneiras de conhecer o mundo – saberes tradicionais, saberes populares e saberes científicos; saberes pertencentes ao campo das ciências humanas e saberes pertencentes ao campo das ciências exatas.” (OTERO; JARDIM, 2004, p. 122)” (BRASIL, p. 24-25, 2012)

## Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola

Importante destacar aqui as concepções sobre Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola.

Nesse sentido, a educação no Quilombo é aquela desenvolvida pelos sujeitos nas suas práticas cotidianas, seja, na família, no trabalho, na comunidade, nas lutas sociais, nas manifestações das tradições culturais, na relação de sustentabilidade com a natureza, enfim, no modo de ser e estar no mundo (SOARES, 2014). Ao tratar de Educação Escolar Quilombola nos estabelecimentos de ensino localizadas nas CRQs e naqueles que atendem estudantes quilombolas e oriundos das Comunidades Tradicionais Negras, significa valorizar e validar as diversas formas de vida desse povo, que são constantemente inventadas e reinventadas. Algumas dessas formas de vida são forjadas pela sobrevivência, outras expressam as alegrias, as crenças e a simplicidade da vida. Assim, o currículo, ao catalisar das CRQs as experiências, as vivências, os significados atribuídos às suas representações cotidianas, estará fazendo um movimento fundamental para o estabelecimento de uma política curricular que irá conferir visibilidade e positividade a quilombos e negros/as, ainda pouco representados no currículo escolar. (SOARES, 2012, p.86). A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012, p. 01).

## REFERÊNCIAS

- ACHUTTI, L. E. R. **Fotoetnografia**: um estudo de Antropologia Visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo 1997.
- BOURDIEU, P. et al. O camponês e a fotografia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 26, 2006, p. 31-39.
- CAVEDON, N. R. **Fotoetnografia**: a união da fotografia com a etnografia no descortinamento dos não ditos organizacionais. O&S, Salvador, v.12, nº35, 2005.
- CUMMING, R. **Para entender a Arte**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MANINI, M. P. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. Tese (doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP: São Paulo, 2002.
- LEITE, M. M. **Retratos de família**. São Paulo: Edusp, 1983.
- KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ática, 1989.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- TURAZZI, M. I. **História e o ensino da fotografia**. São Paulo: Moderna, 2005. Projeto Araribá: informes e documentos.